

## **MANIFESTO DE REPÚDIO À BNCC E AO ROMPIMENTO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL E DE EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA**

Repudiamos as diretrizes da BNCC e a metodologia que vem sendo usada para validar as decisões plutocráticas do Ministério de Educação em relação às políticas nacionais curriculares e à formação de professores.

Trata-se de uma proposta pautada em práticas de centralização, gerenciamento e controle curriculares, cujos resultados, analisados por pesquisas realizadas em países que adotaram política semelhante (Estados Unidos, Austrália e Chile), já evidenciam sua fragilidade e risco para o desenvolvimento científico, tecnológico e humano de um Estado-nação.

Na BNCC, são aviltantes e preocupantes:

- A retomada de um modelo curricular pautado em competências, concepção esta que ignora todo o movimento das Diretrizes Curriculares Nacionais construídas nos últimos anos e a crítica às formas esquemáticas e não processuais de compreender os currículos.
- A concepção redutora da BNCC frente aos processos de alfabetização e ao papel da instituição escolar na educação das crianças.
- A exclusão do Ensino Médio do documento, o que fragmenta o sentido da integração entre os diferentes níveis da Educação Básica.
- A retirada de menções à identidade de gênero e orientação sexual do texto, refletindo seu caráter contrário ao respeito à diversidade, o que evidencia a concessão que o MEC tem feito ao conservadorismo no Brasil.
- O descaso e a negligência em relação aos 42 cursos de Licenciaturas de Educação do Campo, distribuídos em todo o país, os quais, para seu funcionamento, precisam de recursos para hospedagem, alimentação e transporte.

Na esfera política ampla, a BNCC, da maneira como está proposta, expressa o rompimento do pacto social firmado entre a sociedade civil organizada e o Estado que concebe o projeto de desenvolvimento nacional sustentável e soberano do Brasil imbricado a uma educação verdadeiramente democrática, a qual só se assegura por meio do fortalecimento da educação pública, gratuita, inclusiva, laica e de qualidade e, de outro lado, da regulamentação da educação privada, com a exigência do cumprimento do papel do Estado no controle, regulação, credenciamento e avaliação da educação, com as devidas referências sociais. Esse pacto foi rompido pela implementação das políticas ilegítimas de Michel Temer entre as quais destacamos:

- A entrega aos interesses estrangeiros do pré-sal, cujos royalties seriam destinados para a educação, e a promulgação da Emenda Constitucional 95, que, ao congelar por 20 anos os investimentos em políticas públicas no país, inviabilizou por completo o cumprimento das diretrizes e metas do PNE, incluindo a mais conhecida delas: a destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para a educação.

- A suspensão de programas e políticas de acesso à escolarização que afetam a garantia constitucional de universalização da educação básica e a expansão da educação superior.
- A reforma do ensino médio, feita arbitrariamente via medida provisória, sem discussão com educadores e entidades do campo educacional, e que torna essa etapa da educação básica ainda mais excludente, rebaixando a formação e visando ao desmanche e à privatização da escola pública.
- A aprovação da terceirização irrestrita, inclusive para atividades-fim, medida cujos efeitos são a precarização nas relações de trabalho e ampliação da degradação das condições de trabalho, a supressão dos direitos dos trabalhadores, o rebaixamento salarial, a perda de direitos sociais e a redução da representação sindical, sem contar o grave prejuízo à qualidade do ensino e ao projeto pedagógico das instituições. Rompido pela leniência — ou, de fato, conivência do Poder Executivo — com tentativas explícitas e espúrias de censura e criminalização do magistério, como a simbolizada pela parcialidade do movimento Escola Sem Partido e suas propostas de implementação de leis da mordaza em todo o país.
- O aparelhamento do Conselho Nacional de Educação (CNE), e a ingerência e recomposição à revelia do Fórum Nacional de Educação (FNE) — com a exclusão de entidades históricas do campo educacional e a abertura do órgão aos interesses do capital privado — e pela nítida intenção do Ministério da Educação de inviabilizar a realização da Conae/2018 nos moldes democráticos previstos no Regimento do FNE e com ampla participação social.

Diante desse cenário, o MEN/CED/UFSC nesse ato público inaugura um processo intenso de contraposição, como instrumento de resistência em defesa dos avanços e dos espaços de interlocução conquistados após décadas de muita luta e que agora estão sendo destruídos e/ou usurpados pelo atual golpe político, respaldado pelos poderes midiático e jurídico, aos quais, por seu comprometimento com o capital estrangeiro e com as grandes corporações, não interessa o fortalecimento de uma educação pública, laica, democrática, inclusiva, crítica e de qualidade socialmente referenciada.